

RAFAEL **VASCONCELOS**  
**PORTO**

Manual de  
**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

PREFÁCIO  
**CAIO PAIVA**

**2020**

  
EDITORA  
**CEI**

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	3
PREFÁCIO.....	5
PLANO DA OBRA.....	7
<b>PARTE I - PROLEGÔMENOS .....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO I - A HISTÓRIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>25</b>
1. Introito .....	25
2. A evolução histórica da previdência social no mundo .....	25
2.1. Antecedentes remotos da Previdência Social .....	25
2.2. O surgimento da Previdência Social no mundo .....	26
3. A consolidação da Previdência Social no Brasil .....	29
<b>CAPÍTULO II – CONCEITO E PRINCÍPIOS DA SEGURIDADE SOCIAL.....</b>	<b>37</b>
1. Introito .....	37
2. Princípios da Seguridade Social .....	38
2.1. Solidariedade .....	38
2.2. Universalidade da cobertura e do atendimento .....	39
2.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços .....	40
2.4. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais .....	41
<b>CAPÍTULO III – SAÚDE.....</b>	<b>42</b>
1. Introito .....	42
2. Disciplina constitucional básica .....	42
3. Legislação infraconstitucional .....	45
4. O Sistema Único de Saúde (SUS) .....	45
4.1. Financiamento do SUS .....	48
4.2. Envolvimento da iniciativa privada.....	49
5. Judicialização da saúde .....	51
<b>CAPÍTULO IV – ASSISTÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>58</b>
1. Introito .....	58
2. Benefício assistencial de prestação continuada .....	61
2.1. Requisitos.....	61
3. Benefício assistencial para os trabalhadores portuários avulsos .....	65
<b>PARTE II – PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....</b>	<b>69</b>
<b>CAPÍTULO I – PARTE GERAL.....</b>	<b>69</b>
1. Introito .....	69

2. Conceitos básicos .....	70
2.1. Filiação.....	70
2.2. Qualidade de segurado.....	70
2.3. Carência.....	72
2.3.1. Considerações gerais .....	72
2.3.2. Prestações que não exigem carência.....	73
2.3.3. Prestações que exigem carência.....	75
2.4. Valor do Benefício .....	76
3. Beneficiários.....	78
3.1. Segurados.....	79
3.1.1. Segurado facultativo.....	79
3.1.2. Segurado obrigatório .....	80
3.1.2.1. Segurado empregado .....	80
3.1.2.2. Segurado empregado doméstico .....	82
3.1.2.3. Segurado trabalhador avulso.....	82
3.1.2.4. Segurado contribuinte individual.....	83
3.1.2.5. Segurado especial .....	85
3.2. Dependentes .....	85
CAPÍTULO II – BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE .....	88
1. Introito .....	88
2. Benefícios.....	88
2.1. Pensão por morte .....	89
2.2. Auxílio-reclusão .....	93
2.3. Auxílio-acidente .....	96
2.4. Auxílio-doença .....	98
2.5. Aposentadoria por invalidez .....	100
2.6. Aposentadoria programada comum urbana .....	102
2.6.1. Aposentadorias programadas extintas pela EC n. 103/2019.....	103
2.6.1.1. Aposentadoria por tempo de contribuição (benefício extinto).....	104
2.6.1.2. Aposentadoria por idade (benefício extinto) .....	105
2.6.1.3. Regras de transição .....	106
2.7. Aposentadoria especial .....	110
2.7.1. Aposentadoria especial antes da EC n. 103/2019 .....	110
2.7.2. Aposentadoria especial pós-EC n. 103/2019.....	116
2.7.3. Aposentadoria da pessoa com deficiência .....	118
2.8. Salário-maternidade .....	119
2.9. Salário-família.....	120
2.10. Cumulação de benefícios .....	120
CAPÍTULO III – SERVIÇOS EM ESPÉCIE .....	123
1. Introito .....	123
2. Serviço social .....	123

3. Reabilitação profissional .....	123
<b>CAPÍTULO IV – PREVIDÊNCIA DO TRABALHADOR RURAL .....</b>	<b>125</b>
1. Aspectos constitucionais .....	125
1.1. A aposentadoria programada devida ao trabalhador rural .....	125
1.2. O custeio diferenciado do segurado especial .....	126
2. O trabalhador rural .....	128
2.1. Conceito .....	128
2.2. Da definição de “rurícola” .....	130
2.3. Espécies .....	136
2.3.1. Empregado rural .....	136
2.3.2. Segurado especial .....	137
2.3.2.1. Conceito e requisitos gerais .....	137
2.3.2.2. Espécies .....	149
2.3.2.2.1. Pequeno produtor agrário ou pecuarista .....	149
2.3.2.2.2. Pescador artesanal .....	150
2.3.2.2.3. Extrativista vegetal .....	153
2.3.2.2.4. Indígena e quilombola .....	154
2.3.2.3. Recolhimentos facultativos .....	155
2.3.3. Avulso rural .....	157
2.3.4. Esporádico Rural .....	157
2.3.4.1. O enquadramento do “boia-fria” .....	160
3. Benefícios devidos aos trabalhadores rurais .....	166
3.1. Parte Geral .....	166
3.1.1. Manutenção extraordinária da qualidade de segurado .....	166
3.1.2. Carência .....	167
3.1.2.1. A regra de transição prevista no art. 143 da Lei n. 8.213/91 .....	167
3.1.2.1.1. Quanto ao segurado especial .....	170
3.1.2.1.2. Quanto ao empregado rural .....	170
3.1.2.1.3. Quanto ao esporádico rural .....	171
3.1.2.1.4. Constitucionalidade da regra .....	171
3.1.2.2. A regra permanente do segurado especial .....	173
3.1.3. Salário-de-benefício .....	178
3.2. Benefícios em espécie .....	179
3.2.1. A regra de transição prevista no art. 143 da Lei n. 8.213/91 .....	180
3.2.2. Aposentadoria programada .....	181
3.2.2.1. A regra de transição prevista no art. 142 da Lei de Benefícios .....	184
3.2.2.2. Aposentadoria dita “híbrida” ou “mista” .....	185
3.2.2.2.1. Cálculo do valor do benefício .....	189
3.2.3. Salário-maternidade .....	189
3.2.4. Auxílio-acidente .....	190
3.2.5. Aposentadoria especial .....	193

3.2.6. Averbação de período de atividade rural pretérito como tempo de serviço .....	196
CAPÍTULO V – TÓPICOS FINAIS .....	204
1. Introito .....	204
2. Prescrição e decadência .....	204
3. Tempo de contribuição .....	206
4. Contagem recíproca .....	208
4.1. Contagem recíproca de atividade especial .....	211
5. Acidente de trabalho .....	218
6. Regime especial de inclusão .....	222
PARTE III – CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL .....	227
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DO PLANO DE CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL .....	227
1. Introito .....	227
2. Princípios constitucionais aplicáveis ao custeio .....	227
2.1. Diversidade da base de financiamento .....	228
2.2. Equidade na forma de participação no custeio .....	231
2.3. Contrapartida direta .....	233
3. Relação jurídica de custeio .....	234
4. Panorama basilar das contribuições sociais .....	238
5. O financiamento da Seguridade Social .....	239
6. O Plano de Custeio .....	242
6.1. Contribuição previdenciária devida pelo empregador/contratante .....	244
6.2. Contribuição previdenciária devida pelos segurados .....	247
6.3. A relação entre custeio e carência .....	249
CAPÍTULO II – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM ESPÉCIE .....	250
1. Introito .....	250
2. Considerações gerais .....	250
3. Contribuições “patronais” .....	252
3.1. COFINS .....	253
3.2. CSLL .....	253
3.3. “Cota patronal” .....	254
3.3.1. Contribuição patronal no âmbito rural .....	257
3.3.1.1. Empregador rural pessoa física .....	260
3.3.1.2. Empregador rural pessoa jurídica .....	261
3.3.1.3. Agroindústria .....	262
3.3.1.4. Cooperativa de produção rural .....	262

3.3.1.5. Produtor rural pessoa física que não é segurado especial, nem empregador – o “não-segurado especial” .....	263
3.3.2. Contribuição do empregador doméstico .....	264
4. Contribuições devidas pelos segurados .....	264
4.1. Salário-de-contribuição .....	265
4.2. Empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso.....	267
4.3. Contribuinte individual e segurado facultativo .....	267
4.4. Segurado Especial .....	268
5. Outras contribuições .....	270
<b>PARTE IV – ASPECTOS PROCESSUAIS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO .....</b>	<b>277</b>
<b>CAPÍTULO I – PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO .....</b>	<b>277</b>
1. Introito .....	277
2. Competência .....	277
2.1. Juizado Especial Federal.....	279
2.1.1. Determinação do valor da causa.....	282
2.1.2. Competência territorial .....	283
2.1.3. Conflito de competência .....	283
2.1.4. Legitimidade ativa e passiva .....	284
3. O procedimento .....	284
3.1. Fase instrutória .....	286
3.1.1. Prova material .....	287
3.1.1.1. Provas materiais em espécie: trabalhando algumas hipóteses .....	289
3.1.2. Comprovação do período de atividade rural .....	293
3.1.2.1. A situação do segurado especial .....	295
3.1.2.2. Extensão subjetiva da prova material.....	301
3.1.2.3. Depoimento pessoal .....	304
3.1.2.4. Testemunhas.....	304
3.2. Peculiaridades sobre o procedimento no JEF.....	305
3.2.1. Fase postulatória .....	305
3.2.2. Prazos e tutelas de urgência .....	306
3.2.3. Fase instrutória .....	308
3.2.4. Fase decisória.....	309
3.2.5. Fase recursal.....	309
3.2.5.1. Hipóteses em primeiro grau .....	309
3.2.5.2. Procedimento a partir do segundo grau .....	310
3.2.6. Execução e ação rescisória .....	311
4. Outras questões processuais .....	312
<b>CAPÍTULO II – PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO .....</b>	<b>316</b>
1. Considerações gerais .....	316

2. Recursos em espécie .....	322
3. Reafirmação da DER.....	323
<b>PARTE V - REGIME PRÓPRIO DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL.....</b>	<b>327</b>
<b>CAPÍTULO I – REGRAS GERAIS.....</b>	<b>327</b>
1. Introito .....	327
2. Disposições constitucionais .....	332
2.1. Regras atuais e disposições transitórias .....	332
2.1.1. Benefícios .....	333
2.1.1.1. Cálculo do valor dos benefícios .....	341
2.1.2. Outras questões.....	343
2.1.3. Contribuição dos servidores .....	343
2.2. Regras de transição.....	345
3. Regimes atualmente vigentes no âmbito do serviço público .....	353
3.1. Previdência complementar “pública” .....	356
4. Outras regras gerais .....	360
5. Outras regras aplicáveis ao RPPS federal .....	362
<b>PARTE VI – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PRIVADA .....</b>	<b>369</b>
<b>CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>369</b>
1. Aspectos constitucionais.....	369
2. Aspectos legais .....	373
3. Jurisprudência.....	377
<b>CAPÍTULO II – MODALIDADES DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.....</b>	<b>380</b>
1. Entidades fechadas.....	380
2. Entidades abertas.....	383
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>387</b>